

ARQUITETURA BRASILEIRA E REDEMOCRATIZAÇÃO: REVISÃO CRÍTICA DO DEBATE A PARTIR DE PROJETOS E ARTIGOS PUBLICADOS NAS REVISTAS “PROJETO” E “ARQUITETURA E URBANISMO” ENTRE 1985 E 1988

*BRAZILIAN ARCHITECTURE AND REDEMOCRATIZATION: CRITICAL REVIEW OF
THE DEBATE FROM PROJECTS AND ARTICLES PUBLISHED ON “PROJETO” AND
“ARQUITETURA E URBANISMO” MAGAZINES BETWEEN 1985 E 1988*

RAFAEL URANO FRAJNDLICH, FLAVIO ANTONIO DUGO BRAGAIA

RESUMO

Este artigo faz uma revisão crítica do discurso produzido em torno da arquitetura brasileira entre 1985 e 1988, nas duas principais revistas de arquitetura do período: “Projeto” e “Arquitetura e Urbanismo”. O objetivo é levantar algumas das pautas que, tendo como pano de fundo as expectativas que seus articulistas depositavam no processo de redemocratização, promoveram a revisão crítica da produção teórica e projetual. Desse processo, sobressaem-se as tensões entre correntes regionalistas, historicistas, em embate com a herança moderna de aspiração universalista. No estudo desse intenso debate, acredita-se ser possível contribuir para o entendimento dos processos do campo da arquitetura ao longo desses anos de reestruturação política, cujos ecos permanecem fundamentais no entendimento da arquitetura brasileira dos anos seguintes até o momento presente.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura brasileira. História da arquitetura. Redemocratização. Regionalismo. Vanguardas.

ABSTRACT

This paper presents a critical review of the discourse around Brazilian architecture between 1985 and 1988, based on two of the most important Brazilian architecture magazines at the time: “Projeto” (Project) and “Arquitetura e Urbanismo” (Architecture and Urbanism). The main purpose is to identify elements of the agenda connected to the critical review of architectural theory and practice ongoing at that time, considering the expectations that the agents of that review put on the redemocratization process. A point that stands out is the tension between groups that advocated in favor of regionalism and historicism against the modern heritage of universalist aspirations. It is believed that the study of this intense debate can contribute to the understanding of the processes that took place in the architectural field during the



political restructuring, whose repercussions seem to be fundamental for understanding Brazilian architecture ever since.

KEYWORDS: *Brazilian architecture. History of architecture. Redemocratization. Regionalism. Avant-garde.*

INTRODUÇÃO

Durante a redemocratização e agravamento da crise econômica no Brasil, o campo da arquitetura foi marcado pelo debate entre correntes que defendiam abordagens de caráter regionalista e historicista em oposição à outra, com aspirações universalistas.

Este artigo procurará identificar elementos do debate no campo da arquitetura no Brasil entre 1985 (ano da instauração da Assembleia Constituinte) e 1988 (ano em que foi instaurada a nova Constituição), a partir do estudo de artigos e projetos publicados nas duas principais revistas de arquitetura do país ao longo do referido período: “Projeto” e “Arquitetura e Urbanismo”. A escolha das revistas como fonte primária é amparada no seu caráter de testemunho sob o ponto de vista dos atores envolvidos nos processos examinados e com pouca ou nenhuma distância temporal, permitindo a aproximação com o discurso corrente da época. “A difusão dessas revistas especializadas constitui ao mesmo tempo um indicador do êxito da produção brasileira e uma das fontes da constituição de sua história” (TINEM, 2006, p.19).

Ademais, no período é nítido o esforço por parte das revistas no sentido de mediar o cenário político-econômico e a produção teórica e projetual do campo da arquitetura. Além de trazerem projetos e depoimentos de arquitetos como Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Paulo Mendes da Rocha, esses periódicos contaram com a colaboração de intelectuais como Hugo Segawa, Ruth Verde Zein, Sylvia Fischer, Cêça de Guimarães, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik e Sophia da Silva Telles. Autores conhecidos da área de arquitetura e urbanismo, esses nomes estavam envolvidos, ao longo dos anos de 1980, no intenso jogo de expectativas da redemocratização, denotando em seus textos o intento de pautar como a arquitetura brasileira participaria dessa transformação política nacional.

CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO

O período imediatamente após o golpe de 1964, de consolidação do regime militar, que vai até 1973, ficou conhecido como “milagre econômico”. O país esteve sob uma ditadura que incentivava a exportação de bens de baixo valor agregado e financiava medidas expansionistas, contraindo dívidas. Em 1973, após o primeiro choque do petróleo, a dívida externa brasileira aumentou significativamente, ao mesmo tempo que as exportações caíram. O resultado desse processo foi um grande aumento da inflação (FISHLOW, 1986; BASTOS MARQUES, 1987). Ainda assim, o país continuou a re-

gistrar taxas elevadas de crescimento. O segundo choque do petróleo, em 1979, marcou o início de uma crise econômica. Em dezembro daquele ano, o pluripartidarismo foi reestabelecido. O então presidente Ernesto Geisel propõe uma transição lenta e gradual para a democracia.

Em 1984, o movimento “Diretas Já” não conseguiu apoio suficiente na Câmara dos Deputados e Tancredo Neves foi eleito presidente de forma indireta. Após sua morte, em 1985, seu vice, José Sarney, assume o cargo e abre a Assembleia Constituinte. Em 1988, promulga-se a nova Constituição, inaugurando um novo período democrático da história do Brasil.

Os debates do campo da arquitetura no contexto internacional, em especial em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, desde a década de 1950, giravam em torno de correntes que estabeleciam, em relação ao movimento moderno, embates em diversas frentes. No Brasil, por outro lado, o movimento moderno mantinha um volume de produção significativo, em parte ligado à demanda gerada pelo Estado.

AS REVISTAS DE ARQUITETURA E A POLÍTICA NACIONAL

A crise econômica e a ameaça de escassez e precariedade colaboraram para que fossem colocadas em xeque as bases ideológicas das vanguardas — em especial a noção de que seria possível promover o crescimento e o desenvolvimento do país a partir de um plano único, desenvolvido, gerido e implementado pelo Estado —, e também a sua produção projetual. Ao longo desse período, outras vertentes no campo da arquitetura começam a ganhar espaço e, assim como as tendências internacionais predominantes, estabeleciam relações de embate com diferentes aspectos do movimento moderno.

O congresso trienal da *Union Internationale des Architectes* (União Internacional de Arquitetos), que aconteceria no Cairo, em abril de 1985, com o tema “*Present and Future Missions of the Architect*” (Missões Presentes e Futuras do Arquiteto) homenageou os brasileiros Lúcio Costa, Vilanova Artigas e Oscar Niemeyer. Na primeira edição da revista “Arquitetura e Urbanismo” (AU), de janeiro daquele ano, Mário S. Pini elabora o significado dessa homenagem aos arquitetos que representariam a arquitetura brasileira e um projeto de país:

As grandes obras públicas e particulares exigiram a atuação de organizações empresariais, o que resultou no assalariamento dos arquitetos, como a qualquer outro profissional. Ao lado do IAB, surgiram também os Sindicatos fortalecendo a dimensão institucional da profissão. [...] A crise econômica do país também atingiu a profissão. [...] Espera-se que as mudanças políticas que se prenunciam reflitam também sobre esse quadro, propiciando que os novos compromissos entre o Estado e a sociedade venham resgatar a dívida social acumulada nos últimos anos (PINI, 1985a, p.12).

Pini reivindica um lugar a partir do qual os arquitetos poderiam participar das empreitadas que reverteriam esse quadro de precariedade. A desmobilização em torno das entidades de classe e a “dificuldade de se obter dos governos o encaminhamento consequente das questões urbanas e habitacionais” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 1985, p.22), como consequências do autoritarismo do regime militar e da escassez de trabalho causada pela crise econômica, marcariam a entrada dos arquitetos no processo de redemocratização. Os sindicatos não conseguiam exercer com força o papel de proteger e regulamentar a profissão, dada a legislação pouco democrática vigente. A transição de um regime autoritário para um regime democrático é tomada como um momento no qual seria colocada em curso uma série de reformas².

O número 3 da revista “Arquitetura e Urbanismo”, de novembro de 1985, tem “espaço habitado” como tema central, tendo em vista o XII Congresso Brasileiro de Arquitetos, que seria realizado naquele ano, e seu papel em meio à Constituinte. No editorial, Pini aponta novamente para a precariedade das cidades brasileiras e sugere que a Nova República seria o resultado de um acordo entre o bloco dissidente do governo militar e a oposição, marcada, em muitos aspectos, pela continuidade do regime anterior (PINI, 1985b).

Os editoriais da “Revista Projeto” da mesma época são mais positivos. A edição de março de 1986 comemora o novo pacote econômico recém-implementado pelo governo Sarney, que “criou o Cruzado e eliminou o fantasma da inflação” (WISSENBACH, 1986, p.3).

Há muito tempo se aponta para a necessidade de Reformas, que agora poderão sair do ideário, e ocupar o centro da arena política com a Constituinte. Essas esperadas Reformas implicam uma nova forma de distribuição de recursos públicos e privados, poucos disponíveis e muitos a serem criados, que só serão obtidos com o fim da resseção econômica, desejo unânime da sociedade brasileira. [...] Crescimento econômico e urbano têm sido parceiros históricos e a urbanização é socialmente desejável, na medida em que abre acesso a novas oportunidades econômicas, bens e informações, a novos valores culturais (PINI, 1985b, p.2).

Em meio ao agravamento da crise econômica, havia esperança de que a Constituinte desse prioridade para as demandas da população, em detrimento do jogo de interesses dos poderes estabelecidos; e de que houvesse ali uma chance para que os arquitetos atuassem com mais força nas elaborações urbanas da Assembleia Constituinte.

A PRESENÇA DO MOVIMENTO MODERNO

Em entrevista a Livia Álvares Pedreira para a revista “A Construção São Paulo”, reproduzida no primeiro número da revista “Arquitetura e Urbanismo”, de janeiro de 1985, Artigas

fala sobre a pequena presença da arquitetura no ambiente construído brasileiro; sobre seu esforço no sentido de romper com a casa tradicional, adaptada à vida no campo, em favor de uma casa feita para a cidade industrial; sobre o encontro com os concretistas que influenciaram tanto sua prática projetual quanto sua atuação no campo do ensino; e sobre o papel do arquiteto numa sociedade em crise.

Tenho uma colega que está em Osasco, tentando, com recursos mínimos, dar alguma forma urbana àquelas favelas [...] Estes são os verdadeiros heróis e os respeito profundamente. Mas, como já disse, não abro mão das minhas utopias. É com os dentes cerrados que fico aqui aceitando as tarefas que me aparecem, enquanto admiro colegas e ex-alunos que se atiram, com heroísmo, a essa coisa brutal que é a cidade de São Paulo (ARTIGAS & PEDREIRA, 1985, p.27).

Artigas sugere que Tancredo Neves seria, naquele momento, a figura capaz de reunir a esquerda política do Brasil, por sua vez incapaz de sustentar o “Diretas Já” (ARTIGAS & PEDREIRA, 1985, p.27). A passagem fala sobre um movimento do arquiteto no sentido de, sem abrir mão de suas convicções, afastar-se da luta política; afirma, porém, a importância dos colegas que assumem posições de militância.

Isoladamente, a publicação dessa entrevista pode ser interpretada como o canto do cisne do movimento moderno. Contudo, ainda havia arquitetos ao longo da segunda metade da década de 1980 que exploravam frentes de trabalho inauguradas pelas vanguardas.

A sede transitória da Prefeitura de Salvador, de João Figueiras Lima, o Lelé, foi publicada em diversas ocasiões. Na edição 92 da “Revista Projeto”, de outubro de 1986, o texto “O jogo dos estilos”, escrito por Pietro M. Bardi, acompanha o projeto:

Se algum leitor for à Bahia de Todos os Santos, dê um pulo na praça Municipal para ver um prédio de destino oficial construído não para chamar a atenção, ou diria, para se pavonear, mas para funcionar: uma retomada do Racionalismo, o estilo que devia ser do século XX e que, ao invés, cede o passo ao pós-moderno, porta aberta ao Culturalismo (BARDI, 1986, p.78).

Bardi fala de uma derrota e convoca um movimento de retomada. A edição 92 da mesma revista, de outubro de 1986, traz um especial sobre o SESC Pompeia, de Lina Bo Bardi com a colaboração de Marcelo Ferraz e André Vainer. O texto de Ruth Verde Zein, “Fábrica da Pompeia: para ver e aprender”, estabelece relações entre São Paulo — cuja imagem, no texto, é de uma cidade avassaladora —, e o SESC Pompeia, que cumpre aquela que, segundo a autora do texto, deveria ser a função da arquitetura nesse cenário: qualificar o espaço a partir dos elementos nele disponíveis.

Zein ainda constrói a ideia de que as experiências da arquitetura moderna foram ideologicamente vazias e teriam criado um tecido urbano com pouca continuidade. A crítica à descontinuidade do tecido urbano (e, paralelamente, a qualquer tentativa moderna de intervir sobre o espaço da cidade, incluindo aquelas que se dariam pelas vias do planejamento urbano) transforma-se no elogio à descontinuidade do projeto de arquitetura. É da identificação do projeto de Bo Bardi como um projeto moderno que surgem as críticas:

Note-se que os novos edifícios seguem mais a relação ‘forma segue função’ do que os edifícios existentes; os primeiros dificilmente poderiam ser utilizados para outros destinos que não os propostos hoje, enquanto os antigos já provaram sua flexibilidade com a reciclagem a que foram submetidos. Embora na verdade nunca exista uma relação unívoca entre uso e resultado formal/estrutural, pois há sempre e necessariamente um espaço da arbitrariedade e da escolha (ZEIN, 1986b, p.51).

Esses argumentos são aprofundados pela autora ao publicar “Residências brasileiras, depois do laboratório” em março de 1985, na edição 73 da mesma revista. Segundo Zein, em decorrência da ampliação do campo de trabalho da arquitetura, a casa teria passado a ocupar um lugar na teoria como amostragem da diversidade, e também daquilo que confere unidade à arquitetura brasileira, demonstrando “uma profunda crise de identidade e um questionamento da postura autoritária e unívoca da modernidade” (ZEIN, 1985a, p.49).

A edição 75 da “Revista Projeto”, de maio de 1985, traz o texto “Sacudindo a poeira mas valorizando o patrimônio”, de Ruth Verde Zein. Como “Residências brasileiras, depois do laboratório”, esse texto parte da ideia de que a unidade da arquitetura brasileira daquele período era dada justamente pela sua diversidade, e isso demonstra a ruptura em relação ao passado moderno.

Zein concentra seus esforços sobre a questão da “brasilidade”, que estaria, segundo a autora, na diversidade. Isso impõe ao observador a necessidade de considerar o contexto específico, suas particularidades e as técnicas e formas locais apropriadas pelo projeto. Mais à frente no texto, porém, a autora defende um projeto que seja eclético — ecletismo ali definido como:

[...] a possibilidade de escolher, dentre as diversas arquiteturas de diferentes arquitetos, países e épocas, as formas e pressupostos que mais se apreciar, sem preocupar-se demasiado com a coerência dessas teses entre si e de sua conexão com os sistemas de origem [...] (ZEIN, 1985b, p.55).

Elabora-se uma crítica ao movimento moderno a partir da ideia segunda a qual “a obra [moderna, que] constituiria o resultado das necessidades e dos problemas estáticos, revelou-se um subterfúgio para um plasticismo que não dissimula totalmente sua arbitra-

riedade” (ZEIN, 1985b, p.57). Zein parece interessada em mostrar novas possibilidades de pensamento na arquitetura, a partir da superação de um universalismo em favor da diversidade. Como as revistas mostram, não estava sozinha: tratava-se de uma expectativa comum, que se mostrava nos projetos publicados e nas opiniões endossadas pelos articulistas.

MIRADA POLÍTICA: UNIVERSAL E AUTORITÁRIO *VERSUS* REGIONAL E EMANCIPATÓRIO

Em janeiro de 1985, a “Revista Projeto” publica “A crítica de hoje, no mundo”, de Marina Waisman, com apresentação de Ruth Verde Zein. A crítica ao movimento moderno, segundo Waisman, faz parte do espírito de época da década de 1980; e, na América Latina, representaria uma tomada de consciência política, histórica e cultural, colocando em xeque noções de progresso a partir dos modelos importados de países desenvolvidos. Enfim começaria o processo de descolonização e de construção da autonomia cultural da América Latina, a partir da crítica e da história como pesquisa de significados e do estudo dos elementos vernaculares da arquitetura (WAISMAN & ZEIN, 1985).

Isto é, o movimento de crítica pelo qual passava a arquitetura latino-americana no período foi marcado pela ideia de que seria preciso buscar manifestações legítimas das culturas nacionais, em contraponto ao “estilo internacional”, entendido, naquele momento, como uma maneira de fazer arquitetura importada de — e até mesmo imposta por —, países desenvolvidos a países subdesenvolvidos.

O texto “A consciência cindida: uma reflexão sobre a pós-modernidade”, de Samuel Kruchin, publicado pela “Revista Projeto” em outubro de 1985, sugere que a arquitetura moderna havia sido apropriada pelos brasileiros como uma ferramenta de emancipação, mas que, naquele momento, a arquitetura no Brasil passava por uma crise, e não só como decorrência da crise econômica: tratava-se também de uma crise de identidade como decorrência do desmonte daquilo que o autor chama de “projeto estético moderno” (KRUCHIN, 1985). Entender a arquitetura a partir das especificidades regionais seria, especialmente num período no qual se construía uma nova forma de organizar o país, um esforço no sentido de alcançarmos a emancipação.

Brasília seria o ápice da arquitetura moderna brasileira, bem como o começo de uma crise desencadeada pela falência da dimensão utópica do movimento moderno (MONDOLFO, 1987). O texto “Arquitetos no Pará, algumas diferenças nas mesmas estórias”, também de Zein, publicado na edição 89 da “Revista Projeto”, de julho de 1986, também trata do embate entre correntes de aspirações universalistas e correntes de aspirações regionalistas. Para a pesquisadora, a arquitetura moderna é alienadora e se apoia na tecnologia e na cultura de massa para eliminar diferenças e apagar especificidades regionais (ZEIN, 1986a).

As abordagens de aspirações regionalistas poderiam ser também um movimento de distanciamento em relação ao regime militar, que teria como estilo oficial a arquitetura moderna, ainda que essa oficialização, segundo autores como Hugo Segawa, teria acontecido antes do

golpe de 1964. Em nota no número 73 da “Revista Projeto”, de março de 1985, Segawa cita o então recente falecimento de Gustavo Capanema e o concurso para a sede do Ministério da Educação e Cultura, cujo resultado foi anulado em favor de outro projeto de arquitetura, coordenado por Lúcio Costa, marcando a oficialização do moderno (SEGAWA, 1985).

O Ministério foi criado como uma flor de estufa, por um grupo convicto que forçou a mão em um ambiente hostil. A evolução dos estilos tem dois tempos: aquele que vai evoluindo de acordo com as novas circunstâncias e modas, num processo evolutivo da forma; o outro, em que a mudança é feita em decorrência de uma ruptura, de uma revolução, no caso, a industrial (COSTA & SABBAG, 1985, p.19).

A passagem acima, extraída de uma entrevista de Lúcio Costa a Haifa Y. Sabbag publicada no primeiro número da revista “Arquitetura e Urbanismo”, de janeiro de 1985, poderia sustentar essa hipótese. No número 78 da “Revista Projeto”, de agosto de 1985, Éolo Maia publica “Resgatar e reinterpretar nossos valores culturais”, que também trata do tema:

A arquitetura moderna brasileira nasceu no fim da década de 30 e se solidificou nas décadas de 40 a 60, onde se encontram suas mais belas criações. Passou então, pelo reconhecimento internacional, a ser a arquitetura oficial do poder. Com o regime autoritário de 1964 até há pouco, essa arquitetura, na maioria das vezes, representou esse sistema e se desvirtuou historicamente, uma arquitetura massacrante de concreto e vidro, servindo ao milagre brasileiro e desvinculada das reais necessidades sociais que a pobreza de nosso país reclama (MAIA, 1985, p.52).

Mais tarde, Maia participou do I Ciclo de Debates do Instituto de Arquitetos do Brasil-SP, em junho de 1987, e que também teve como conferencistas Luiz Paulo Conde, Joaquim Guedes, Edson Mahfuz, João Walter Toscano, Paulo Casé, Siegbert Zanettini, Gian Carlo Gasperini, João Paulo de Bem, Affonso Risi Jr., Carlos Maximiliano Fayet e Paulo Bruna, então diretor cultural do IAB/SP e organizador do evento. Sobre o Ciclo, João Carrascosa aponta que, “se existe uma tendência geral norteando a produção brasileira atualmente, é a da superação de certos modelos e paradigmas associados ao movimento moderno” (CARRASCOSA, 1987, p.42).

Da crítica à arquitetura moderna pode-se também destacar Jorge Czajkowski, que separa técnica e estética, sugere que a forma moderna é arbitrária e autoritária, e defende que uma arquitetura é esteticamente relevante quando recupera uma certa memória (CZAJKOWSKI, 1986); e Jorge Mario Jáuregui, que também reconhece o sentido ideológico das construções historicistas e regionalistas, e entende o projeto de arquitetura como um conjunto de símbolos, que podem ser importados de qualquer época e lugar (JÁUREGUI, 1986).

A arquitetura moderna aparecia, em diversos textos, como um estilo importado que servia à representação de um Estado autoritário. A construção, segundo esses autores, da democracia brasileira deveria ser, então, a partir de outros modelos, de abordagens regionalistas e historicistas. Porém, com a chance de avaliar o texto da nova Constituição e de especular acerca dos seus efeitos, os editores seriam tomados por um evidente sentimento de frustração.

O editorial da edição 114 da “Revista Projeto”, de setembro de 1988, intitulado “Aumenta a responsabilidade na luta pela reforma urbana” e assinado por Wissenbach e Oliveira, afirma que “a questão urbana não encontrou maior êxito ou ao menos o sucesso que muitos arquitetos reivindicavam, no primeiro turno de votação da Constituição, porque desde o início não foi adequadamente colocada” (OLIVEIRA & WISSENBACH, 1988a, p.2). Os editores reconhecem que, pela primeira vez na história brasileira, a questão urbana seria tratada pela Constituição, mas de maneira secundária, isto é, com menos atenção do que se esperava — em parte como reflexo do quadro de desmobilização que caracterizaria a categoria nos anos anteriores. O editorial da edição 21 da revista “Arquitetura e Urbanismo”, de dezembro de 1988, intitulado “Tigre Brasileiro”, assinado por Pini, cita uma “dupla ausência: um projeto urbano e uma representação política parlamentar com origem nas cidades” (PINI, 1988, p.3).

MIRADA ECONÔMICA: INOVAÇÃO UNIVERSAL *VERSUS* MERCADO REGIONAL

A política econômica expansionista do período do “milagre econômico” e diversas medidas de contenção da crise econômica que se ensaiava a partir do primeiro choque do petróleo eram marcadas por seu caráter centralizador e foram financiadas com a contração de dívidas públicas no mercado financeiro internacional. Diante da crise que se agravava, diversos atores adotaram posturas contrárias a políticas centralizadoras e favoráveis — portanto, ao protagonismo do mercado sob o Estado no cenário econômico. Ganha destaque o pronunciamento do então prefeito de São Paulo, Mário Covas, na abertura do XXXV Encontro Nacional de Cohabs, que aconteceu em São Paulo em fevereiro de 1985:

Na nova política habitacional deverá permanecer como um princípio a contribuição da iniciativa privada, pois sem ela é impensável atingir as metas colocadas ante a nação. Devem ser abertas de forma clara para todos os empresários que se dedicam ao setor habitacional amplas perspectivas para um trabalho conjunto com a administração estatal (PAPEL..., 1985, p.60).

Se, por um lado, a redemocratização foi marcada, no cenário econômico, pela abertura do mercado interno aos mercados internacionais, os editoriais expressam a necessidade de que as novas políticas públicas, que destacariam a atuação da iniciativa privada, estivessem focadas nas especificidades regionais. Nesse sentido, o mercado seria favorecido à medida que as demandas de diversificassem.

Cêça de Guimarães escreve, para o número 72 da “Revista Projeto”, de fevereiro de 1985, o texto “A arquitetura dos postos de gasolina ou de como a cidade se coloriu de faixas e bandeiras”, como uma apresentação para os oito projetos de postos de gasolina que aparecem nas páginas seguintes. Segundo a autora, a construção de postos de gasolina teria passado da aplicação arbitrária e pouco funcional do repertório formal da arquitetura moderna para, ao longo da década de 1980, a construção de estruturas genéricas que cumprem as mesmas exigências funcionais e oferecem os mesmos serviços periféricos, diferenciadas apenas pela identidade visual. O caminho que o texto e os projetos publicados na sequência sugerem para romper essa hegemonia é a busca de expressividade e singularidade a partir de um repertório de elementos construtivos “típicos” de postos de gasolina e comuns ao mercado (GUIMARÃES, 1985).

No espírito da busca no mercado por linguagens novas e pertinentes para a arquitetura, Sylvia Ficher publica, em abril de 1985, no número 74 da “Revista Projeto”, o texto “Anotações sobre o pós-modernismo”:

Algumas tendências estéticas, reunidas sob o rótulo de pós-modernismo, vêm dominando a vanguarda internacional. Sem dúvida, os centros de difusão são os Estados Unidos e, secundariamente, alguns países europeus, em especial a Itália. No caso americano, a retomada de investimentos em construção civil nos últimos cinco anos criou, por questões de marketing, uma demanda de intervenções formais (FICHER, 1985, p.35).

O texto segue em busca de explicações para o surgimento e a hegemonia dessas tendências no campo da arquitetura naquele período, e sugere que as causas desse fenômeno estariam ligadas à diferença entre a promessa moderna de produzir uma arquitetura racional e ética e o que, de fato, teria sido construído: formas geométricas arbitrárias e sem nenhuma relação com o uso dos espaços. Essas tendências estabelecem relações de embate com o movimento moderno tanto no que diz respeito à estética, que trabalha a partir da incorporação e da ressignificação de elementos eruditos e não eruditos, quanto no que diz respeito à técnica, que se apropria de materiais comuns no mercado.

Em 1985, o projeto de arquitetura para o SESC de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, foi escolhido por concurso. A ata do júri³, que concedeu o primeiro lugar a Bruno Padovano e Hector Vigliecca, de São Paulo, indica que os 62 projetos inscritos poderiam ser divididos segundo dois critérios: implantação — concentrando o programa em um único bloco ou dividindo em vários blocos menores espalhados pelo terreno — e linguagem —, trabalhando a partir do repertório moderno ou buscando expressões regionalistas ou historicistas (VENCEDORES..., 1985).

Segundo a reportagem publicada na edição 78 da “Revista Projeto”, de agosto de 1985, o projeto de Padovano e Vigliecca (Figuras 1 e 2) adota uma tipologia básica com-

posta por treliças de madeira apoiadas sobre paredes de tijolo aparente, evidente no galpão principal, que agrupa diversas atividades e constitui uma referência. A implantação é dividida em dois setores: ao sul, um conjunto de edifícios conformando pequenas praças; ao norte foram locadas as atividades ao ar livre (VENCEDORES..., 1985).



FIGURA 1 — SESC Nova Iguaçu, Projeto de Bruno Padovano e Hector Vigliecca. Foto de Celso Brando. **Fonte:** Vigliecca & Associados (1985).

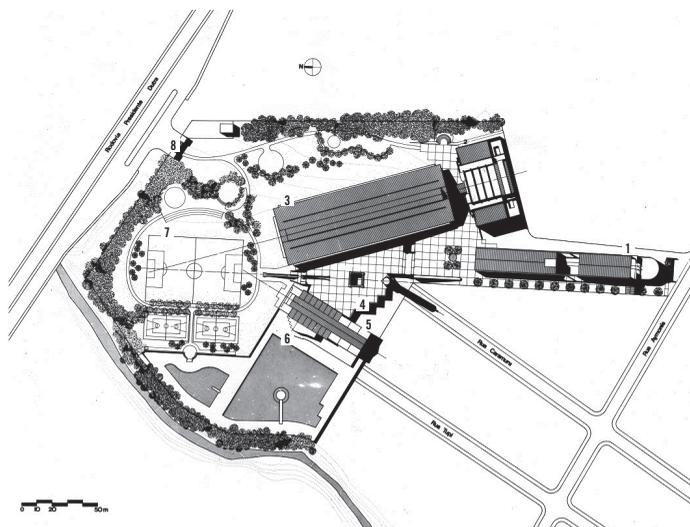


FIGURA 2 — Implantação SESC Nova Iguaçu, Projeto de Bruno Padovano e Hector Vigliecca, 1985. **Fonte:** Vigliecca & Associados (1985).

Legenda:

- | | |
|---------------------------------|----------------------|
| 1) Creche, Saúde, Administração | 5) Restaurante |
| 2) Cultura | 6) Parque aquático |
| 3) Quadras cobertas | 7) Campos de esporte |
| 4) Vestiários | 8) Portaria |

A adoção de pequenas praças marca uma importante ruptura em relação ao movimento moderno e seu esforço no sentido de liberar grandes espaços. Além da implantação no terreno, a adoção de tipos arquitetônicos, que está na base de diversas críticas ao movimento moderno quando é tomada pelo princípio de que a forma está ligada à função, aparece como uma qualidade do projeto de Padovano e Vigliecca (NOGUEIRA, 1985).

Se considerarmos que o esforço do movimento moderno ia no sentido de promover o desenvolvimento da indústria e a produção em larga escala, podemos estabelecer um embate entre algo que pode ser chamado de ímpeto inovador moderno e a inserção pós-moderna no mercado.

O caos urbano e a carência de habitações dignas – as pragas da sociedade industrial, cuja erradicação constituía justamente o fundamento moral da arquitetura moderna – foram erradicados (nos países desenvolvidos, é claro) não por força de uma política arquitetônica. A grande maioria da população americana mora em mobile homes ou em bungalows pré-fabricados (FICHER, 1985, p.37).

Essa passagem sugere que o caos urbano e o *déficit* de moradia estariam superados nos chamados países desenvolvidos, e que as casas pré-fabricadas e os trailers — marcados pela precariedade e por uma eterna transitoriedade —, que são frequentemente associados à população pobre norte-americana, representam tipos dignos de moradia. A autora também argumenta em torno da ideia de que a habitação em série seria inaceitável por não levar em consideração a qualidade de vida; a renovação urbana proposta pelo movimento moderno seria, então, inviável.

Se, como sugere Ficher, a habitação é uma pauta marcada do movimento moderno, talvez seja possível partir daí para explicar a ideia de que, em pleno processo de redemocratização do Brasil, os debates em torno da habitação de interesse social tenham tido menos espaço do que textos que orbitavam em torno do debate regionalista e historicista, bem como de projetos ligados ao mercado.

O agravamento da crise econômica, nos anos seguintes, porém, encontraria reflexos nas posturas em relação ao mercado, que já não conseguiria absorver a oferta de serviços de arquitetura. As medidas econômicas do Estado para conter a crise o colocariam novamente em uma posição central no cenário econômico, paradoxalmente em meio à construção de um modelo liberal. As incertezas podem ter colaborado para que as correntes historicistas e regionalistas perdessem força conforme se aproximava a década de 1990 (ALVES *et al.*, 1990, p.18).

PROJETOS PUBLICADOS, PROGRAMAS E REGIÕES

Para o presente artigo, foram levantados 655 projetos desenvolvidos com vista à execução em território brasileiro, publicados na “Revista Projeto” entre 1985 e 1988 (correspondem

a cerca de 90% do total dos projetos brasileiros publicados por essa revista nesse período). Foram incluídos no levantamento os projetos publicados nos cadernos “Arquiteturas no Brasil/Anos 80” e não foram incluídos os projetos publicados nos cadernos “Suplemento Técnico” e “Design & Interiores”. Foram considerados apenas projetos que aparecem como destaque ou tema central da reportagem, e não aqueles citados de maneira passageira por artigos, ensaios e notícias.

Os projetos foram divididos por estado no qual foram ou seriam construídos (Figura 3) e por tipo (Figura 4). Os projetos sob os três principais tipos foram divididos em subtipos (Figura 5). A divisão por tipos e subtipos procurou seguir as indicações e categorizações dadas pela própria revista, com algumas aproximações e adaptações.

Em 1987, o projeto de Paulo Mendes da Rocha vence o concurso do Museu Brasileiro da Escultura (MuBE)⁴, mas a atenção dada pelos periódicos nos meses logo após a divulgação desse resultado demonstra pouco ânimo por parte das editorias no sentido de promover ou reafirmar uma linguagem moderna (MUSEU..., 1987). Ainda assim, a maior parte dos projetos publicados, 46,0% do total de projetos levantados, foi projetada para o estado de São Paulo; nenhum outro estado pontuou mais de 10,0%, e três estados

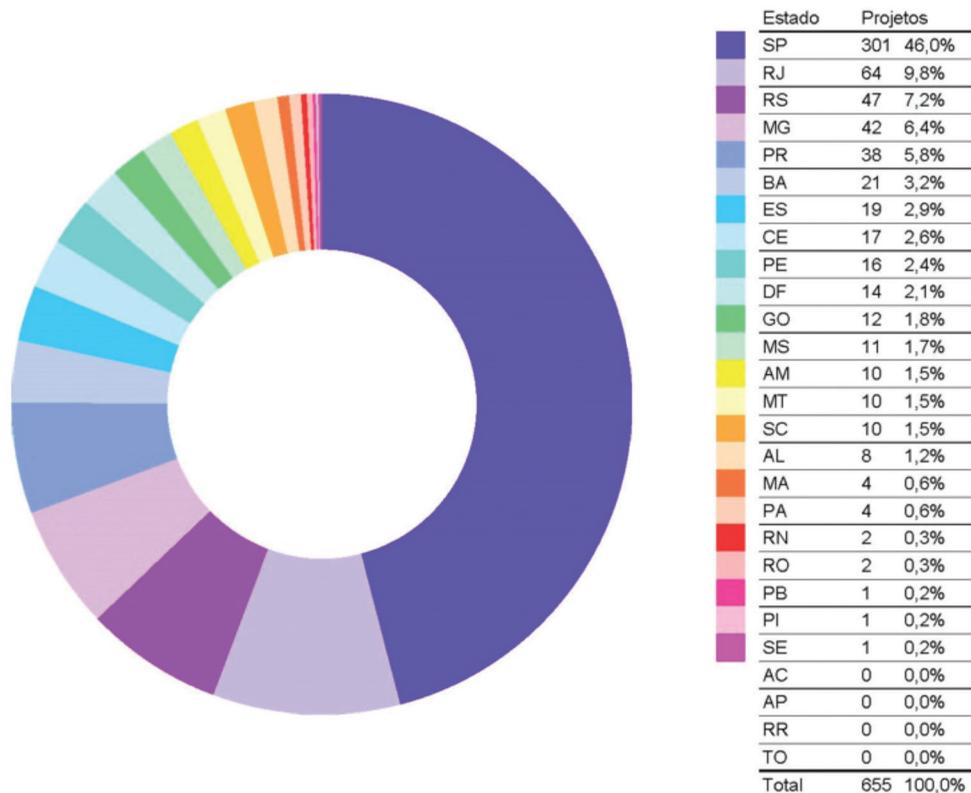


FIGURA 3 — Projetos publicados na “Revista Projeto” entre 1985 e 1988 divididos por estados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), com base nos dados da “Revista Projeto” do número 71 ao 117 (janeiro de 1985 à dezembro de 1988).

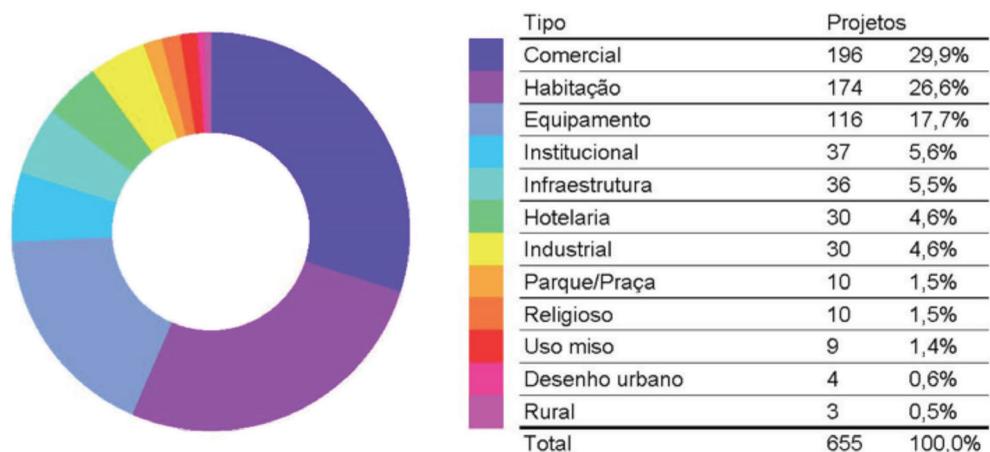


FIGURA 4 — Projetos publicados na “Revista Projeto” entre 1985 e 1988 divididos por tipo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), com base nos dados da “Revista Projeto” do número 71 ao 117 (janeiro de 1985 a dezembro de 1988).

não pontuaram. Mesmo levando em consideração o fato de que a redação da revista em questão estava no estado de São Paulo, essa informação, ao lado da constatação de que são raros os estudos publicados ao longo do recorte que tratam de fatos de técnicas construtivas características de determinadas regiões, coloca em xeque a busca por uma brasilidade na diversidade ao mostrar que o destaque às especificidades regionais, na curadoria dos projetos que seriam publicados, não aconteceu.

As informações obtidas com a leitura dos textos não indicam de maneira clara uma associação direta entre as correntes de aspiração universalista e um determinado tipo; mas, considerando a associação, naquele momento, entre a defesa de abordagens de caráter regionalista e a construção de uma postura favorável ao mercado de uma perspectiva econômica liberal, talvez seja possível assumir que existe uma associação entre o tipo Comercial e as correntes regionalistas.

Uma das principais pautas que marcaram o posicionamento político de maneira mais explícita das revistas diz respeito à habitação de interesse social. Na edição de dezembro, número 94 da “Revista Projeto”, por exemplo, Nildo Carlos Oliveira publica “O reaquecimento ainda não chegou para os sem casa”, destacando as diferenças entre os efeitos das medidas econômicas para o mercado imobiliário e para a indústria, que voltaram a crescer; e para a população de baixa renda, que continuaria desamparada (OLIVEIRA, 1986). Porém, na divisão por tipos, o Comercial aparece em primeiro lugar, com 29,9% dos projetos levantados, o que reforça a hipótese que associa a defesa de uma arquitetura de caráter regionalista voltada para o mercado. Se a defesa das especificidades regionais aparecia de maneira mais destacada nos textos do que no conjunto de projetos publicados, esse conjunto de projetos sugere, então, a defesa de uma arquitetura voltada para o mercado e, portanto, de uma organização econômica nacional liberal.



FIGURA 5 — Projetos publicados na “Revista Projeto” entre 1985 e 1988, subtipos sob os três tipos de maior destaque. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2017), com base nos dados da “Revista Projeto” do número 71 ao 117 (janeiro de 1985 a dezembro de 1988).

Essa hipótese é ratificada pela distribuição de subtipos sob o tipo Habitação: 16,8% dos projetos estão agrupados sob o subtipo Casa; 8,2%, sob Habitação Coletiva — isto é, edifícios de apartamento colocados à disposição do mercado imobiliário; e 1,5% dos projetos levantados estão sob o subtipo Habitação de Interesse Social.

Em suma, esses dados indicam a aparente preferência da editoria da revista em questão por projetos relacionados ao movimento de abertura do mercado nacional, em curso na época, e também certo otimismo em relação ao futuro da economia do país, mesmo em meio a uma crise que se agravava. Por outro lado, a habitação de interesse social aparece pouco em meio aos projetos publicados, ainda que com frequência seja citada pelos editores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de redemocratização no Brasil foi marcado, no campo da arquitetura, por uma revisão teórica e projetual que colocou o legado do movimento moderno em xeque. Havia aqueles que argumentavam no sentido de que o movimento moderno teria se esgotado como decorrência da repetição vazia de formas, e aqueles que, por outro lado, acreditavam que a busca pela novidade formal teria sido a responsável pelo esvaziamento da arquitetura moderna. A manutenção de uma arquitetura pautada diretamente nas premissas do movimento moderno estava fora de questão; de maneira geral, acreditava-se que aspirações universalistas — associadas, naquele momento, ao autoritarismo do regime militar —, deveriam ser substituídas, sobretudo, por um olhar para as especificidades regionais. Além disso, o movimento moderno então era visto como algo importado, imposto sobre a cultura brasileira, de modo que seria preciso buscar a legítima brasilidade. Diante dessa tarefa, existiam dois caminhos: historicismo e regionalismo, embora o primeiro, em nome do tamanho do país e de suas diferenças locais, tenha tido maior inserção nos debates.

Essas oposições podem ser vistas como espelho da disputa entre diferentes correntes políticas: uma que argumentava a favor de uma organização democrática em torno de um Estado forte, e outra de aspirações liberais — está à frente das reformas pelas quais o país passava. Criticava-se um modelo de organização política e econômica centralizado e defendia-se uma maior abertura para o capital privado. Essa associação derogatória de autoritarismo e correntes de aspiração universalista ofuscou inclusive o debate em torno da questão da habitação de interesse social dentro dessas revistas, frequentemente relegadas como pauta moderna. No campo da produção projetual, expressa-se a valorização de uma arquitetura que se pretende regionalista e que busca uma relação de sociedade com o mercado.

Aquele momento seria de transição, de superação da crise e do repertório moderno, bem como de adoção de pluralismos, ecletismos e regionalismos. O que se pode observar, porém, é que a arquitetura brasileira passaria, nos anos seguintes, por um caminho de retomada do repertório moderno, não obstante os novos atores dos processos de projeto e construção, bem como as novas dinâmicas políticas e econômicas.

NOTAS

- 1 A tiragem da revista “Arquitetura e Urbanismo” em janeiro de 1985 foi de 16.000 exemplares distribuídos nacionalmente aos sócios do IAB. Em dezembro de 1988 a tiragem caiu para 11.250 exemplares, vendidos avulsos ou por assinatura anual, caracterizando-a como uma revista especializada de porte médio. As informações sobre tiragem e distribuição relativas à “Revista Projeto” não estão disponíveis. Outras publicações que estavam em circulação ao longo do período não foram consideradas, seja porque foram descontinuadas — como a “Revista Módulo”, que deixa de existir em 1989 —, não permitindo analisar sua evolução após os acontecimentos estudados; seja por conta de serem publicações acadêmicas ou institucionais —, como a “Revista São Paulo em Perspectiva” publicada pela Fundação SEADE —, de circulação mais restrita, ou de serem revistas como “Casa Cláudia” e “Casa Vogue”, afastadas das discussões.
- 2 As citações à mobilização política dos arquitetos aparecem por todo o período considerado, de “Está faltando gente importante na comissão de habitação”, editorial de Vicente Wissenbach na “Revista Projeto” número 79, de setembro de 1985 (WISSENBACH, 1985, p.3), até “O que pode mudar no IAB com a nova direção nacional”, de Vicente Wissenbach e Nildo Carlos Oliveira, na “Revista Projeto” número 115, de outubro de 1988 (OLIVEIRA & WISSENBACH, 1988b, p.3).
- 3 O júri foi formado pelos arquitetos Walmyr Lima Amaral, Paulo Casé, Jorge Wilhelm e Severiano Porto, e pelo psicólogo Dirceu Nogueira (VENCEDORES..., 1985).
- 4 A fundação do museu e o concurso de projetos haviam sido promovidos pela entidade de bairro Sociedade Amigos dos Jardins Europa e Paulistano (SAJEP) como uma resposta à possibilidade da construção de um shopping naquele terreno. As normas do concurso e a legislação de uso e ocupação do solo exigiam que ao menos parte do museu fosse enterrado. O júri foi escolhido pelos participantes, e contou com os arquitetos Fábio Penteadó, João Walter Toscano, Salvador Candia, Jon Maitrejean e Décio Tozzi. E também com Fábio Magalhães, representando o Ministério da Cultura; Jorge Yunes, secretário municipal da Cultura; Marilisa Rathsam, presidente da recém-criada Sociedade Amigos do Museu (SAM); Marius Rathsam e Roberto Saruê, presidente e diretor da SAJEP. Participaram do concurso, além de Mendes da Rocha: Ottoni Arquitetos; Croce, Aflalo & Gasperini; Pedro Paulo Saraiva; José Carlos Ladovia e Miguel Juliano; Siegbert Zanettini; Ubyrajara Gilioli e Cláudio Mattos; Paulo Bastos; Cândido Malta e Eduardo de Almeida; Marcos Acayaba; Clóvis Felipe Olga; Ruy Ohtake; Walter Makhohl e Cleber Machado; e Newton Massafumi Yamato (MUSEU..., 1987).

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.R. *et al.* Em debate: o momento. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n.30, p.18-21, 1990.
- ARTIGAS, J.B.V.; PEDREIRA, L.Á. Arquitetura, política e paixão, a obra de um humanista. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n.1, p.23-29, 1985.
- BARDI, P.M. O jogo dos estilos. *Revista Projeto*, n.92, p.78, 1986.
- BASTOS MARQUES, M.S. *Inflação e política macroeconômica pós 1o choque do petróleo*. 1987. 288 f. Tese (Doutorado em Economia) — Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.
- CARRASCOSA, J. Arquitetura brasileira abre caminho para o pluralismo. *Revista Projeto*, n.102, p.42-43, 1987.
- COSTA, L.; SABBAG, H.Y. A beleza de um trabalho precursor, síntese da tradição e da modernidade. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n.1, p.15-19, 1985.
- CZAJKOWSKI, J. Arquitetura Brasileira: produção e crítica. *Revista Projeto*, n.87, p.75, 1986.
- FICHER, S. Anotações sobre o pós-modernismo. *Revista Projeto*, n.74, p.35-42, 1985.

- FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.16, n.3, p.507-550, 1986.
- GUIMARÃES, C. A arquitetura dos postos de gasolina ou de como a cidade se coloriu de faixas e bandeiras. *Revista Projeto*, n.72, p.73-80, 1985.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Uma análise da situação de nossa categoria. *Revista Projeto*, n.73, p.22, 1985.
- JÁUREGUI, J.M. A produção de sentido na arquitetura. *Revista Projeto*, n.94, p.102-103, 1986.
- KRUCHIN, S. A consciência cindida: uma reflexão sobre a pós-modernidade. *Revista Projeto*, n.80, p.95, 1985.
- MAIA, É. Resgatar e reinterpretar nossos valores culturais. *Revista Projeto*, n.78, p.52-53, 1985.
- MONDOLFO, E. O fundo do poço é sempre um espelho crítico. *Revista Projeto*, n.96, p.71-75, 1987.
- MUSEU da escultura enterra a ideia de um shopping nos Jardins. *Revista Projeto*, n.97, p.118-119, 1987.
- NOGUEIRA, M.N. Considerações sobre o concurso Sesc Nova Iguaçu. *Revista Projeto*, n.80, p.60-62, 1985.
- OLIVEIRA, N.C. O reaquecimento ainda não chegou para os sem casa. *Revista Projeto*, n.94, p.26, 1986.
- OLIVEIRA, N.C.; WISSENBACH, V. Editorial: Aumenta a responsabilidade na luta pela reforma urbana. *Revista Projeto*, n.114, p.6, 1988a.
- OLIVEIRA, N.C.; WISSENBACH, V. O que pode mudar no IAB com a nova direção nacional. *Revista Projeto*, n.115, p.6, 1988b.
- PAPEL das Cohabs na nova política habitacional. *Revista Projeto*, n.74, p.58-61, 1985.
- PINI, M.S. UIA homenageia arquitetura brasileira. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n.1, p.12-13, 1985a.
- PINI, M.S. Ampliando o espaço constituinte. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n.3, p.2, 1985b.
- PINI, M.S. Tigre Brasileiro. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, n.21, p.3, 1988.
- SEGAWA, H. Gustavo Capanema e a moderna arquitetura brasileira. *Revista Projeto*, n.73, p.30, 1985.
- TINEM, N. *O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna*. João Pessoa: EDUFPB, 2006.
- VENCEDORES do concurso do Sesc Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. *Revista Projeto*, n.78, p.14-16, 1985.
- VIGLIECCA & ASSOCIADOS. *Sesc Nova Iguaçu*. São Paulo: Vigliecca & Associados, 1985. Disponível em: <<http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/sesc-nova-iguacu>>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- WAISMAN, M.; ZEIN, R.V. A crítica de hoje, no mundo. *Revista Projeto*, n.71, p.96-98, 1985.
- WISSENBACH, V. Está faltando gente importante na comissão de habitação. *Revista Projeto*, n.79, p.3, 1985.
- WISSENBACH, V. Arquitetos, construtores e fabricantes de materiais otimistas com o pacote. *Revista Projeto*, n.85, p.3, 1986.
- ZEIN, R.V. Residências brasileiras, depois do laboratório. *Revista Projeto*, n.73, p.49-52, 1985a.
- ZEIN, R.V. Sacudindo a poeira mas valorizando o patrimônio. *Revista Projeto*, n.75, p.47-61, 1985b.

ZEIN, R.V. Arquitetos no Pará, algumas diferenças nas mesmas estórias. *Revista Projeto*, n.89, p.28-30, 1986a.

ZEIN, R.V. Fábrica da Pompeia: para ver e aprender. *Revista Projeto*, n.92, p.44-55, 1986b.

RAFAEL URANO FRAJNDLICH | ORCID iD: 0000-0003-2378-5069 | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Arquitetura e Construção | R. Saturnino de Brito, 224, Cidade Universitária Zeferino Vaz, 13083-889, Campinas, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: R.U. FRAJNDLICH | E-mail: <urano@fec.unicamp.br>.

FLAVIO ANTONIO DUGO BRAGAIA | ORCID iD: 0000-0002-6302-016X | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade | Campinas, SP, Brasil.

COLABORADORES

Todos os autores contribuíram na concepção e desenho do estudo, análise de dados e redação final.

Como citar este artigo/How to cite this article

FRANJNDLICH, R.U.; BRAGAIA, F.A.D. Arquitetura brasileira e redemocratização: revisão crítica do debate a partir de projetos e artigos publicados nas revistas "Projeto" e "Arquitetura e Urbanismo" entre 1985 e 1988. *Oculum Ensaios*, v.15, n.2, p.189-207, 2018. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v15n2a3993>

Recebido em
24/7/2017,
reapresentado
em 11/12/2017
e aprovado em
26/1/2018.